



RELATÓRIO DE CONSULTA PÚBLICA

Proposta de Definição de Âmbito PDA n.º 278

**Projeto “Central Eólica da Fronteira – Híbridação da Central
Hidroelétrica de Picote”**

agosto de 2026

Título: Relatório de Consulta Pública
Proposta de Definição de Âmbito n.º 278
Central Eólica da Fronteira – Hibridização da Central
Hidroelétrica de Picote

Autoria: Agência Portuguesa do Ambiente
Departamento de Comunicação e Cidadania Ambiental
Divisão de Cidadania Ambiental
Cristina Sobrinho

Data: agosto de 2026

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	3
2. PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA	3
3. MODALIDADES DE PUBLICITAÇÃO/ DOCUMENTOS PUBLICITADOS	3
4. PROVENIÊNCIA DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS.....	4
5. ANÁLISE DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS	5

1. INTRODUÇÃO

Em cumprimento do disposto no Decreto-Lei n.º 151-B/2013, de 31 de outubro, na sua redação atual, procedeu-se à Consulta Pública da Proposta de Definição de Âmbito relativa ao Projeto “Central Eólica da Fronteira (Hibridização da Central Hidroelétrica de Picote)”.

O proponente do Projeto é a Empresa Eólica de Avelanoso, Unipessoal Lda.

2. PERÍODO DE CONSULTA PÚBLICA

A consulta pública deste Projeto decorreu durante 15 dias úteis 28 de julho a 17 de agosto de 2026

3. MODALIDADES DE PUBLICITAÇÃO/ DOCUMENTOS PUBLICITADOS

A publicitação do Estudo de Impacte Ambiental (EIA), incluindo o Resumo Não Técnico (RNT), foi feita por meio de:

- Afixação de Anúncios:

- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte.
- Câmara Municipal de Miranda do Douro.
- Câmara Municipal de Miranda de Vimioso.

Envio de nota de imprensa para os órgãos de comunicação social.

Divulgação na Internet no site da Agência Portuguesa do Ambiente e no Portal PARTICIPA.PT.

Envio de comunicação às ONGA constantes no RNOE.

Envio de comunicação a entidades.

Encontrando-se, também, disponível para consulta em www.apambiente.pt e em WWW.PARTICIPA.PT.

4. PROVENIÊNCIA DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS

A Consulta Pública decorreu de 28 de julho a 17 de agosto de 2026.

Durante o período de Consulta Pública foram recebidas 231 participações com a seguinte proveniência:

Administração Central – 1

- Turismo de Portugal, IP

Autarquias – 4

- Junta de Freguesia de Genísio
- Junta de Freguesia de Picote
- União das Freguesias de Vale de Frades e Avelanoso
- Câmara Municipal de Miranda do Douro*
*Atendendo à sua pertinência, a pronúncia deste Município, embora submetidas no âmbito da Consulta Pública, foram analisadas como contributo de entidade externa relevante

ONGA/ Outras Associações / Outros – 12

- AEPGA - Associação para o Estudo e Proteção do Gado Asinino
- CHIRO - Associação Morcegos.PT
- Palombar - Conservação da Natureza e do Património Rural
- Movimento Cultural da Terra de Miranda
- ZERO - Associação Sistema Terrestre Sustentável
- Plataforma Nordeste Vivo
- IRIS, Associação Nacional de Ambiente
- Fapas - Associação Portuguesa para a Conservação da Biodiversidade
- Lhéngue Mirandesa
- Instituto Príncipe Real - Associação para a Inovação e Desenvolvimento (IPR)
- IAP - Instituto Antão Pereira
- Comunidade Local de Baldios de São Joanico

Empresas – 2

- Picotes Wines
- 23 Especie Lda.

Cidadãos: 212

5. ANÁLISE DAS EXPOSIÇÕES RECEBIDAS

A participação pública revela uma oposição muito expressiva à Proposta de definição de âmbito (PDA) e ao projeto na configuração apresentada. Esta discordância não traduz, em geral, uma rejeição à transição energética. A maioria dos participantes, reconhece, a necessidade de aumentar a produção renovável, mas contesta a localização, a dimensão, a metodologia proposta e a concentração dos impactos territoriais e ambientais no Planalto Mirandês.

Administração Central:

Turismo de Portugal, IP não manifesta oposição à Proposta de Definição de Âmbito do projeto, considerando adequada a estrutura e o conteúdo da PDA. Contudo, salienta a necessidade de o EIA aprofundar a análise dos potenciais impactos sobre a atividade turística, o património, a paisagem e a qualidade ambiental da envolvente.

Recomenda a utilização da plataforma SIGTUR para caracterização da oferta turística existente e prevista, bem como a avaliação da procura turística nos concelhos abrangidos. Destaca ainda a existência, na envolvente da área de estudo, de empreendimentos turísticos, alojamentos locais, agentes de animação turística, percursos pedestres e cicláveis, áreas classificadas de elevado valor natural e elementos patrimoniais relevantes, incluindo o Empreendimento Hidroelétrico do Douro Internacional/Picote.

É ainda sublinhada a necessidade de considerar como recetores sensíveis os estabelecimentos de alojamento localizados a menos de 500 m das infraestruturas projetadas, de adotar medidas de minimização adequadas, de desenvolver um Projeto de Recuperação das Áreas Intervencionadas e Integração Paisagística e de implementar programas de monitorização do ambiente sonoro durante as fases de construção e exploração.

Refere, igualmente, que a área em estudo se insere num território de elevada qualidade cénica, ecológica e turística, característico do Douro Internacional e da Terra Fria Transmontana, recomendando que estes valores sejam devidamente considerados na elaboração do EIA. Por último, verifica que a área não interfere com espaços classificados nos instrumentos de gestão territorial como espaços especificamente afetos ao uso turístico.

Autarquias:

Junta de Freguesia de Genísio manifesta discordância e solicita que a dimensão da central e das infraestruturas associadas seja avaliada em função da salvaguarda do território e das populações. Chama a atenção para a proximidade das povoações, a paisagem, a biodiversidade, a agricultura, os acessos e os impactos cumulativos, defendendo informação clara, participação local e envolvimento da freguesia nas fases seguintes do procedimento.

Junta de Freguesia de Picote não assume oposição de princípio à transição energética, mas exige transparência quanto à dimensão global do projeto, futuras ampliações e eventual utilização das infraestruturas por outros empreendimentos. Destaca que Picote já suporta a barragem, o parque de linhas e vários corredores de alta tensão, recordando a retirada de uma linha próxima do aglomerado no processo Picote II. Solicita avaliação cumulativa das linhas existentes e previstas, estudo dos campos eletromagnéticos e da proximidade às habitações, comparação rigorosa dos corredores e alternativas que evitem nova concentração. Defende benefícios locais claros, compensações, emprego, apoio à habitação, serviços, turismo e património, bem como monitorização pública com participação local.

União das Freguesias de Vale de Frades e Avelanoso manifesta posição desfavorável ao projeto nos termos e dimensão apresentados. Requer cartografia rigorosa das infraestruturas face às povoações e habitações, avaliação de ruído, baixa frequência, sombra e iluminação, fotomontagens a partir de Avelanoso, Vale de Frades, São Joanico e Serapicos e estudo específico da alcateia de Avelanoso. Solicita inventário dos recursos hídricos, quantificação dos solos e explorações afetados, estudo dos acessos e transporte pesado, avaliação dos incêndios e proteção civil, impactes cumulativos, benefícios socioeconómicos e alternativas reais. Propõe estudar uma equipa plurianual de sapadores florestais e um programa de mitigação, compensação e valorização territorial.

Câmara Municipal de Miranda do Douro reconhece a importância da transição energética, mas manifesta posição desfavorável aos objetivos da PDA, à dimensão da área de estudo, ao número de aerogeradores e à extensão dos corredores da LMAT. Considera indispensável avaliar a capacidade de carga territorial, os impactes cumulativos, a compatibilidade com o PDM e a proteção da paisagem, agricultura, biodiversidade, património e qualidade de vida. Defende participação municipal efetiva, relevância material do parecer autárquico, prevenção da concentração excessiva de infraestruturas e mecanismos permanentes de compensação financeira e territorial para os municípios produtores

ONGA/ Outras Associações / Outros:

AEPGA - Associação para o Estudo e Proteção do Gado Asinino manifesta discordância relativamente à Proposta de Definição de Âmbito (PDA), considerando que a localização e dimensão da intervenção prevista poderão colocar em causa a conservação dos sistemas agro-silvo-pastoris característicos do Planalto Mirandês. Destaca a importância dos lameiros (habitat 6510), bem como das práticas agrícolas e pecuárias tradicionais que sustentam diversas raças autóctones, designadamente o Burro de Miranda, a Vaca Mirandesa, a Ovelha Churra Galega Mirandesa e o Cão de Gado Transmontano. Considera que a construção dos aerogeradores, acessos, plataformas e restantes infraestruturas poderá originar perda de habitat, alterações dos sistemas de drenagem, degradação dos solos e proliferação de espécies invasoras.

Relativamente à biodiversidade, a associação considera que a PDA subestima os potenciais impactos sobre a fauna protegida. Com base em informação científica e dados de monitorização referidos na participação, destaca a ocorrência de espécies sensíveis e ameaçadas, nomeadamente o milhafre-real (*Milvus milvus*), o grifo (*Gyps fulvus*), o tartaranhão-caçador (*Circus pygargus*), o tartaranhão-cinzento (*Circus cyaneus*) e o lobo-ibérico (*Canis lupus*). Refere que a implantação da central e das infraestruturas associadas poderá afetar áreas utilizadas para alimentação, reprodução e deslocação destas espécies, aumentando os riscos de perturbação, colisão e fragmentação de habitat.

Manifesta, ainda, preocupação relativamente à Linha Elétrica de Muito Alta Tensão (LMAT), salientando a sua interferência com áreas classificadas, designadamente o Parque Natural do Douro Internacional, a ZEC Douro Internacional, a ZPE Douro Internacional e Vale do Rio Águeda e o património classificado de Picote. Considera que esta infraestrutura poderá agravar os riscos para a avifauna e contribuir para a fragmentação dos ecossistemas, propondo que sejam analisadas alternativas que minimizem a afetação destes valores ambientais.

São igualmente apresentados contributos relativos ao ruído, ao efeito de sombra projetada dos aerogeradores e aos potenciais impactos sobre a fauna, o gado e a paisagem rural tradicional. A associação entende que os efeitos sobre as atividades agropecuárias, o ecoturismo e a identidade paisagística da região deverão ser objeto de avaliação específica no âmbito do futuro EIA.

Inclui, ainda, diversas observações metodológicas, defendendo a realização de campanhas de monitorização ao longo das quatro estações do ano, o alargamento da área de estudo considerada para os sistemas ecológicos, a avaliação dos impactos cumulativos com outros projetos energéticos existentes ou previstos e uma análise mais aprofundada dos benefícios efetivamente associados ao projeto para as comunidades locais.

Questiona igualmente os pressupostos da hibridização eólica-hídrica apresentados na PDA e solicita maior clarificação dos benefícios e contrapartidas locais.

A AEPGA considera que a PDA não demonstra adequadamente a compatibilidade do projeto com a conservação dos valores naturais, agroecológicos e culturais presentes na área de estudo, defendendo o aprofundamento da avaliação ambiental e a ponderação de alternativas de localização menos sensíveis, manifestando posição desfavorável à proposta apresentada.

CHIRO - Associação Morcegos.PT apresenta um parecer técnico centrado na avaliação dos potenciais impactos do projeto sobre as comunidades de morcegos, destacando a importância ecológica destes mamíferos e a sua sensibilidade à alteração de habitat e à mortalidade associada aos parques eólicos.

Refere que todas as espécies de morcegos presentes em Portugal beneficiam de proteção legal e sublinha os riscos decorrentes da instalação de infraestruturas energéticas, em particular os associados à colisão com aerogeradores, perda de habitat, destruição de abrigos e fragmentação ecológica.

A Associação recomenda que o futuro Estudo de Impacte Ambiental inclua campanhas de monitorização acústica mensais entre março e outubro, recorrendo a detetores passivos de espectro total, com amostragem ao nível do solo e em altura, próxima das localizações previstas para os aerogeradores e contemplando também áreas de controlo.

Defende ainda a realização de prospeções de abrigos num raio até 10 km da área do projeto e junto das restantes infraestruturas previstas, bem como a utilização dos resultados de monitorizações efetuadas em projetos localizados na envolvente. Relativamente à avaliação de impactes, considera necessário analisar os efeitos do projeto sobre a mortalidade, alteração e perda de habitat, efeito barreira e perturbação de abrigos, bem como proceder à avaliação dos impactes cumulativos com outros projetos existentes ou previstos, incluindo parques eólicos, centrais fotovoltaicas, infraestruturas de transporte e outras intervenções suscetíveis de provocar alterações significativas do uso do solo.

Apresenta, igualmente, recomendações relativamente às medidas de mitigação, propondo a proteção de núcleos de quercíneas e de árvores potencialmente utilizadas como abrigo, a manutenção ou criação de corredores ecológicos, a adoção de medidas de redução da mortalidade dos morcegos associada ao funcionamento dos aerogeradores, a minimização dos impactes da iluminação artificial e a eventual implementação de medidas compensatórias dirigidas à biodiversidade.

Por último, defende a implementação de programas de monitorização da atividade, dos abrigos e da mortalidade durante a fase de exploração do projeto, abrangendo pelo menos os três primeiros anos de funcionamento, podendo ser prolongados em função dos resultados obtidos.

Considera que o EIA deverá apresentar uma descrição detalhada das metodologias adotadas e integrar informação proveniente de monitorizações realizadas noutros projetos de energias renováveis existentes na área de influência do empreendimento.

Palombar - Conservação da Natureza e do Património Rural apresenta um parecer desfavorável à Proposta de Definição de Âmbito (PDA), considerando que a mesma não contempla adequadamente a sensibilidade ecológica da área em análise nem assegura uma avaliação suficientemente robusta dos potenciais impactes ambientais do projeto.

Destaca a importância da área para a conservação de diversas espécies protegidas e com estatuto de ameaça, nomeadamente o milhafre-real (*Milvus milvus*), o grifo (*Gyps fulvus*), o tartaranhão-caçador (*Circus pygargus*), o tartaranhão-cinzento (*Circus cyaneus*) e o lobo-ibérico (*Canis lupus*), sustentando as suas observações em dados de monitorização e em informação recolhida no âmbito de projetos de conservação da natureza desenvolvidos na região.

Relativamente à avifauna, refere que a área de estudo coincide com zonas utilizadas para alimentação, repouso, deslocação e reprodução de várias espécies de aves de rapina com elevado valor conservacionista.

Destaca os potenciais impactes associados à instalação dos aerogeradores e das linhas elétricas, designadamente o aumento do risco de colisão e mortalidade, a perda e fragmentação de habitat, o efeito barreira sobre os movimentos das espécies e os impactes cumulativos decorrentes da presença de outras infraestruturas energéticas existentes ou previstas para a região.

Considera que a avaliação destes aspetos deverá ser aprofundada no âmbito do futuro Estudo de Impacte Ambiental (EIA), incluindo uma análise detalhada das áreas de atividade das espécies e dos efeitos cumulativos sobre a biodiversidade.

No que respeita ao lobo-ibérico, refere que a área de estudo se insere numa zona de presença confirmada da espécie, destacando a proximidade e sobreposição com áreas de atividade de alcateias identificadas na região.

Refere, ainda, que a implantação do projeto poderá contribuir para a fragmentação do habitat, para o aumento da perturbação associada às atividades de construção e exploração e para a redução da conectividade ecológica entre territórios utilizados pela espécie, podendo comprometer os objetivos de conservação deste núcleo populacional.

Apresenta igualmente diversas observações de natureza metodológica, defendendo que o EIA deverá reforçar a caracterização dos sistemas ecológicos através da realização de campanhas de monitorização mais abrangentes, cobrindo diferentes épocas do ano e grupos faunísticos.

Considera, ainda, que a delimitação das áreas de estudo proposta na PDA é insuficiente para avaliar adequadamente os impactos sobre espécies com elevada mobilidade e para analisar os impactos cumulativos associados a outros empreendimentos energéticos existentes ou projetados na envolvente.

São também apresentadas observações relativas à avaliação dos impactos sobre os solos, recursos hídricos, paisagem e socioeconomia, considerando que a PDA tende a subvalorizar a relevância ecológica e funcional dos habitats existentes, bem como os efeitos da transformação da paisagem e da artificialização do território.

Defende ainda a necessidade de uma análise mais aprofundada dos impactos cumulativos, da integração dos instrumentos estratégicos de conservação da natureza e biodiversidade e do esclarecimento dos benefícios locais efetivamente associados ao projeto.

Em conclusão, a Palombar entende que a PDA não demonstra de forma suficiente a compatibilidade do projeto com a proteção dos valores naturais presentes na área de estudo, considerando necessário que o futuro EIA aprofunde a avaliação dos impactos diretos, indiretos e cumulativos sobre a fauna, os habitats, a conectividade ecológica e os restantes fatores ambientais relevantes. Por esse motivo, manifesta discordância relativamente à proposta apresentada.

Movimento Cultural da Terra de Miranda pede a reprovação do projeto e a repetição da consulta pública, alegando insuficiente informação e mobilização das populações e ausência das entidades públicas nas sessões promovidas. Considera a PDA omissa quanto aos impactos ambientais, sociais, económicos, linguísticos e culturais, incluindo os efeitos sobre a língua mirandesa, as raças autóctones e a partilha da riqueza produzida. Acrescenta críticas à ausência de alternativas, à insuficiência das campanhas de fauna, à falta de peças cartográficas, ao tratamento dos riscos, impactos transfronteiriços, condicionantes e balanço climático.

ZERO - Associação Sistema Terrestre Sustentável reconhece a relevância da transição energética e os potenciais benefícios da hibridização entre produção eólica e hídrica, mas considera que a PDA apresenta insuficiências relevantes que não permitem demonstrar a adequação ambiental da solução proposta.

A associação manifesta particular preocupação com a opção de ligação da central eólica ao Posto de Corte de Picote, entendendo que esta solução implica a travessia de áreas classificadas para a conservação da natureza, designadamente o Parque Natural do Douro Internacional, a ZEC Douro Internacional, a ZEC Minas de Santo Adrião e a ZPE Douro Internacional e Vale do Rio Águeda, defendendo uma abordagem integrada e estratégica ao planeamento das infraestruturas elétricas da região.

Destaca igualmente a sobreposição da área de estudo da central eólica com as áreas de proteção de duas alcateias de lobo-ibérico com reprodução confirmada, designadamente Avelanoso e Cirouco, considerando que esta condicionante deverá assumir maior relevância na definição do layout do projeto.

Refere, ainda, a sobreposição da área de estudo com o Perímetro Florestal do Avelanoso, constituído por terrenos baldios geridos pelas comunidades locais, defendendo o envolvimento dos compartes na avaliação e decisão sobre a utilização destes territórios.

No âmbito da caracterização ecológica, a associação identifica a existência de valores naturais que considera insuficientemente avaliados na PDA, incluindo povoamentos de castanheiro, manchas de carvalhal, habitats de interesse para herpetofauna e áreas relevantes para avifauna e quirópteros.

Refere que os corredores da linha elétrica e a área envolvente do Posto de Corte de Picote coincidem com zonas importantes para aves de rapina e outras espécies protegidas, destacando a presença potencial de diversas espécies ameaçadas e áreas relevantes para morcegos. Neste contexto, defende que o futuro EIA inclua pelo menos dois ciclos anuais completos de monitorização de avifauna e quirópteros, bem como uma análise detalhada dos riscos de colisão, perturbação e perda de habitat.

A ZERO considera, ainda, insuficiente a análise de alternativas apresentada na PDA, entendendo que não foram avaliadas de forma adequada alternativas de localização dos aerogeradores, configurações alternativas do layout ou soluções distintas para a ligação à rede elétrica.

Defende igualmente o aprofundamento da avaliação dos impactes cumulativos, a definição prévia de metodologias robustas para essa análise e a consideração dos diversos projetos energéticos existentes ou previstos na região.

Adicionalmente, a associação assinala a existência de incertezas quanto à compatibilidade do projeto com o Plano Diretor Municipal de Miranda do Douro, considerando que esta matéria deverá ser clarificada no decurso do procedimento.

Em conclusão, entende que a PDA não demonstra adequadamente a viabilidade ambiental da solução proposta e solicita a sua reformulação, através do aprofundamento dos estudos ecológicos, da avaliação de alternativas de projeto e da análise dos impactes cumulativos e territoriais associados ao empreendimento.

Plataforma Nordeste Vivo reconhece a necessidade da transição energética, mas pede a não aprovação da PDA. Considera insuficientes as fundamentações da localização e da LMAT, a caracterização ecológica e socioeconómica e a avaliação cumulativa. Destaca áreas classificadas, REN, RAN, Regime Florestal, alcateias de Avelanoso e Cicouro, áreas críticas para aves e abrigos de morcegos. Sublinha a importância dos solos agrícolas, lameiros, raças autóctones, turismo, caça, apicultura e património e questiona a compatibilidade com o PDM de Miranda do Douro. Solicita campanhas anuais robustas, análise de ciclo de vida, desmantelamento com garantias e prioridade ao autoconsumo, comunidades de energia e superfícies artificializadas.

IRIS, Associação Nacional de Ambiente apresenta uma participação centrada na suficiência e adequação da Proposta de Definição de Âmbito (PDA), considerando que a mesma apresenta insuficiências metodológicas, técnicas e jurídicas suscetíveis de comprometer a qualidade da avaliação ambiental subsequente.

A associação questiona, desde logo, a não disponibilização do Estudo de Grandes Condicionamentos Ambientais (EGCA), documento referido na PDA como suporte à definição dos corredores da linha elétrica, defendendo que a sua ausência limita a capacidade de participação pública e a apreciação das alternativas consideradas.

A participação sustenta que o projeto deve ser analisado como uma intervenção única, integrando a central eólica, a subestação e a linha elétrica, considerando que, nessa perspetiva, o projeto interfere diretamente com áreas classificadas, designadamente o Parque Natural do Douro Internacional, a ZEC Douro Internacional, a ZEC Minas de Santo Adrião e a ZPE Douro Internacional e Vale do Rio Águeda.

Neste contexto, defende a realização de uma avaliação adequada de incidências sobre a Rede Natura 2000, incluindo a análise dos efeitos sobre os objetivos de conservação dos sítios potencialmente afetados.

Considera, ainda, inadequada a abordagem adotada relativamente aos instrumentos de gestão territorial, defendendo que a análise deverá abranger toda a área do projeto, incluindo os corredores da linha elétrica, e refere dúvidas quanto à compatibilidade da intervenção com o PDM de Miranda do Douro. Solicita igualmente que o futuro EIA demonstre de forma explícita a conformidade do projeto com os regimes territoriais aplicáveis e clarifique os pressupostos relativos ao reconhecimento de interesse público estratégico.

No âmbito dos fatores ecológicos, a participação considera insuficientes os termos de referência propostos para a caracterização da fauna, defendendo metodologias específicas para o lobo-ibérico, incluindo um ciclo anual completo de monitorização, bem como a realização de campanhas anuais que contemplem as épocas migratórias da avifauna, cartografia de ninhos de rapinas e modelação do risco de colisão. Refere igualmente a necessidade de aprofundar a avaliação dos efeitos de fragmentação, exclusão e efeito barreira.

São ainda apresentadas observações relativas ao ruído, ruído de baixa frequência, sombreamento intermitente, balizagem aeronáutica, poluição luminosa e campos eletromagnéticos, defendendo que estes fatores sejam objeto de análise específica no futuro EIA.

A associação solicita igualmente a avaliação dos trajetos de transporte especial dos equipamentos e dos impactes associados à fase de desativação, incluindo a definição de garantias financeiras para o desmantelamento e recuperação das áreas intervencionadas.

Relativamente aos impactes cumulativos, a IRIS considera insuficiente a metodologia proposta na PDA, defendendo que a análise abranja diferentes tipos de empreendimentos energéticos e infraestruturas, cubra um raio superior ao proposto e integre projetos localizados em território espanhol. Considera igualmente insuficiente o tratamento dado aos impactes transfronteiriços, propondo a aplicação do procedimento previsto na Convenção de Espoo e o envolvimento das entidades espanholas competentes.

Em conclusão, a associação entende que a PDA deverá ser reformulada e complementada, propondo o reforço dos estudos ambientais, da análise de alternativas, da avaliação cumulativa e transfronteiriça, bem como a demonstração da compatibilidade territorial e ambiental do projeto antes do desenvolvimento da fase de Estudo de Impacte Ambiental (EIA)

Fapas - Associação Portuguesa para a Conservação da Biodiversidade

manifesta oposição ao projeto, considerando que a central e a LMAT poderão produzir impactos negativos relevantes na paisagem, biodiversidade e economia local, em particular no turismo. A associação solicita que estes valores sejam devidamente ponderados na definição do âmbito e na futura decisão ambiental.

Lhéngue Mirandesa manifesta oposição, destacando o valor natural, agrícola, paisagístico e cultural do Planalto Mirandês. Salienta áreas protegidas, habitats, espécies ameaçadas, Minas de Santo Adrião, lameiros, caminhos e muros tradicionais. Solicita avaliação dos impactos cumulativos, alternativas em espaços artificializados e aplicação do princípio da precaução, defendendo que o território não seja tratado como simples zona de produção energética.

Instituto Príncipe Real - Associação para a Inovação e Desenvolvimento (IPR)

manifesta oposição à transformação industrial do Planalto Mirandês, destacando o valor dos campos, lameiros, muros, caminhos tradicionais, soutos, vegetação autóctone e áreas protegidas. Considera que acessos, plataformas, aerogeradores e linhas poderão fragmentar habitats, alterar solos, perturbar a fauna e descaracterizar a paisagem. Solicita uma avaliação independente e integrada dos impactos cumulativos e defende alternativas em zonas já artificializadas.

IAP - Instituto Antão Pereira manifesta preocupação com a instalação da central numa região de elevado valor natural, paisagístico e cultural. Salienta a importância dos lameiros, muros, caminhos, soutos e vegetação autóctone, a proximidade das Minas de Santo Adrião e a presença de espécies ameaçadas. Considera necessária a avaliação cumulativa dos projetos energéticos regionais e a procura de alternativas em áreas urbanizadas ou degradadas, aplicando o princípio da precaução

Comunidade Local de Baldios de São Joanico não tem posição favorável ou desfavorável, mas solicita avaliação rigorosa dos efeitos da LMAT sobre um baldio de cerca de 125 ha integralmente inserido na Rede Natura 2000 e sujeito a Plano de Gestão Florestal. Embora os corredores A e B se encontrem a cerca de 4,7 e 4,8 km, a área alargada inicialmente estudada aproxima-se a cerca de 100 m. Requer análise da compatibilidade com a gestão florestal, prevenção de incêndios, operações silvícolas e silvopastoris, biodiversidade, conectividade, recursos hídricos e galerias ripícolas do rio Angueira, paisagem e impactos cumulativos. Solicita ainda ser reconhecida como entidade interessada.

Empresas:

Picotes Wines manifesta discordância, considerando que o concelho já contribui de forma muito significativa para a produção energética nacional através dos seus recursos naturais. Solicita que seja encontrada uma alternativa noutra local, evitando novos encargos territoriais e paisagísticos para a região.

23 Especie Lda. refere ter criado um projeto apícola na região com o objetivo de contribuir para o ecossistema e para a economia local. Considera que a central poderá afetar profundamente a biodiversidade, a paisagem, os terrenos agrícolas, pastos, matos e corredores ecológicos de que depende a atividade apícola. Contesta a suficiência dos estudos e a forma como as populações e os agentes locais foram envolvidos.

Cidadãos:

A participação dos cidadãos, é na sua maioria de discordância da PDA, num conjunto alargado de questões ambientais, territoriais, sociais e procedimentais.

Os cidadãos questionam a dimensão territorial da intervenção deste Projeto. Consideram que os 35 aerogeradores, plataformas, fundações, acessos, valas, subestação e linha de 220 kV devem ser avaliados como um único projeto.

Solicitam a quantificação das áreas temporárias e permanentemente artificializadas, movimentos de terras, desmatações, servidões, faixas de proteção e fragmentação das propriedades e habitats.

A biodiversidade surge como preocupação central. As exposições referem aves de rapina e necrófagas, tartaranhões, morcegos e lobo-ibérico e consideram insuficientes campanhas limitadas ao inverno e primavera. Defendem um ciclo anual completo, metodologias ajustadas à fenologia e detetabilidade, dados portugueses e espanhóis, modelação do risco de colisão, localização de ninhos e abrigos e avaliação do efeito-barreira e da conectividade ecológica.

É salientada a travessia do Parque Natural do Douro Internacional, da ZEC Douro Internacional e da ZPE Douro Internacional e Vale do Rio Águeda pelos corredores da LMAT, bem como da ZEC Minas de Santo Adrião pelo Corredor A e da zona de proteção do conjunto patrimonial de Picote.

São propostas alternativas fora das áreas classificadas, utilização de corredores existentes ou enterramento da linha nos troços mais sensíveis.

A paisagem é apresentada como património coletivo, fator de identidade e recurso económico.

Os cidadãos receiam a transformação do Planalto Mirandês por aerogeradores de grande escala, apoios, linhas, acessos e balizagem noturna.

Solicitam bacias de visibilidade cumulativas e fotomontagens a partir das aldeias, miradouros, estradas, trilhos e património, incluindo Picote, arte rupestre, capelas, caminhos tradicionais, muros de pedra e Carril Mourisco.

No plano socioeconómico, é defendida a proteção dos solos agrícolas, lameiros, pastagens, florestas e mosaicos agro-silvo-pastoris que sustentam agricultura, pecuária, caça, apicultura, micologia, turismo e raças autóctones.

Os cidadãos alertam para perda de produtividade, fragmentação de parcelas, erosão, alteração da drenagem, invasoras, redução da atratividade turística e agravamento do despovoamento.

As preocupações relativas às populações incluem ruído, baixa frequência, sombra intermitente, iluminação, vibrações, poeiras, tráfego pesado e proximidade às habitações.

Quanto aos campos eletromagnéticos, é solicitada informação objetiva e avaliação da exposição cumulativa às linhas existentes e previstas.

As reclamações acrescentam questões procedimentais concretas:

- insuficiente informação às populações e proprietários;
- falta de clareza sobre visibilidade, ruído e distâncias;
- desconhecimento da afetação de parcelas, fontes, nascentes, poços, árvores, caminhos e património;
- Requerem de sessões públicas promovidas pelas entidades competentes.
- Solicitam cartografia detalhada
- Esclarecimentos presenciais e avaliação individualizada dos proprietários e recetores afetados.
- Insuficiência da análise de impactes cumulativos.
- Questionam a proporcionalidade entre benefícios nacionais e encargos locais.
- Solicitam quantificação do emprego permanente, contratação local, receitas, benefícios para freguesias e comunidades, desvalorizações e perdas económicas.
- Defendem compensações vinculativas e alternativas baseadas em autoconsumo, comunidades de energia, coberturas, zonas industriais, estacionamento e outras superfícies artificializadas.

- Pedida análise efetiva de alternativas de localização, número e potência dos aerogeradores, layout, ligação à rede e alternativa zero.
- Exigem um plano de desmantelamento e recuperação com remoção das infraestruturas, tratamento das fundações, destino dos resíduos, critérios de sucesso e garantia financeira, evitando a transferência futura dos custos para proprietários, municípios e contribuintes.

Principais questões suscitadas na participação pública:

Definição do projeto e alternativas:

É recorrente a crítica à ausência de um layout indicativo suficientemente definido e de alternativas reais de localização, dimensão, número de aerogeradores, tecnologia e ligação à rede. Consideram insuficiente a comparação entre dois corredores da LMAT territorialmente próximos e pedem uma análise efetiva da alternativa zero, da realocação ou redução de aerogeradores, da utilização de corredores existentes e do enterramento ou desvio da linha nos troços mais sensíveis.

Áreas classificadas e ligação elétrica:

A principal preocupação territorial relaciona-se com a travessia, pela LMAT, do Parque Natural do Douro Internacional, da ZEC Douro Internacional e da ZPE Douro Internacional e Vale do Rio Águeda, bem como da ZEC Minas de Santo Adrião pelo Corredor A e da zona de proteção do conjunto patrimonial de Picote. É solicitada uma avaliação adequada das incidências sobre a Rede Natura 2000 e uma justificação demonstrativa da inexistência de alternativas menos impactantes.

Biodiversidade:

Os pareceres técnicos e associativos apresentam informação relevante sobre avifauna, quirópteros e lobo-ibérico. São referidos dados de telemetria e reprodução relativos ao abutre-preto, britango, grifo, milhafre-real, tartaranhão-caçador e tartaranhão-cinzento, bem como a presença das alcateias de Avelanoso, Cicouro e Outeiro. Para os morcegos, são propostas amostragens mensais, no solo e em altura, prospeção de abrigos, áreas de controlo e monitorização de mortalidade. Existe ampla convergência na necessidade de campanhas que abranjam todo o ciclo anual e de áreas de análise superiores ao raio uniforme de 10 km.

Paisagem, património e turismo:

A paisagem é apresentada como valor ambiental, cultural, identitário e económico. Os participantes receiam a industrialização progressiva do Planalto Mirandês através de aerogeradores, linhas, apoios, acessos e balizagem noturna. São solicitadas bacias visuais cumulativas, fotomontagens e simulações tridimensionais a partir das povoações, miradouros, estradas, trilhos e elementos patrimoniais. O Turismo de Portugal recomenda a caracterização da oferta turística e o tratamento dos alojamentos próximos como recetores sensíveis.

Solos:

Destacam o valor dos solos agrícolas, lameiros, pastagens, florestas e mosaicos agro-silvo-pastoris para a agricultura, pecuária, caça, apicultura, micologia e turismo. A AEPGA sublinha a importância dos lameiros e do habitat 6510 para o Burro de Miranda e outras raças autóctones. É pedida a quantificação das áreas afetadas, da fragmentação das parcelas, das perdas de produtividade e dos efeitos sobre os agentes económicos locais.

Populações, saúde e qualidade de vida:

São suscitadas preocupações relativas ao ruído, baixa frequência, sombra intermitente, iluminação, vibrações, tráfego pesado, poeiras, campos eletromagnéticos e proximidade às habitações, Picote, Avelanoso, São Martinho de Angueira, Especiosa, Genísio e Águas-Vivas são algumas das localidades referidas. As alegações de saúde deverão ser avaliadas através de metodologias reconhecidas e evidência científica atual, distinguindo preocupações de exposição de relações causais não demonstradas.

Impactes cumulativos e transfronteiriços:

Existe forte convergência na insuficiência de uma análise cumulativa limitada a 10 km e apenas a parques eólicos e linhas de muito alta tensão. É solicitada a inclusão de barragens, centrais fotovoltaicas, linhas de diferentes tensões, subestações, vias e outros projetos existentes, aprovados, em avaliação ou razoavelmente previsíveis, nas fases de construção, exploração e desativação.

A localização fronteiriça justifica ainda a integração de dados espanhóis e a avaliação dos efeitos sobre a conectividade ecológica, paisagem e avifauna de ambos os lados da fronteira.

Participação, benefícios e justiça territorial:

As reclamações e várias discordâncias referem falta de informação às populações e proprietários, ausência de sessões públicas promovidas pelas entidades competentes e dificuldade em compreender a localização e efeitos das infraestruturas. As autarquias e cidadãos recordam que a região já suporta importantes aproveitamentos hidroelétricos e corredores elétricos e defendem uma distribuição mais equilibrada dos custos e benefícios, com emprego local, contratação de serviços, compensações, apoio às freguesias e mecanismos duradouros de valorização territorial.

Síntese conclusiva:

A consulta pública evidenciou uma predominância de participações desfavoráveis à Proposta de Definição de Âmbito (PDA), tendo sido apresentadas diversas preocupações, observações técnicas e propostas de aprofundamento dos estudos a desenvolver no âmbito do futuro Estudo de Impacte Ambiental (EIA).

As preocupações mais frequentemente referidas incidem sobre os potenciais impactes na biodiversidade, designadamente na avifauna, quirópteros e lobo-ibérico, os efeitos da Linha Elétrica de Muito Alta Tensão sobre áreas classificadas, os impactes cumulativos com outras infraestruturas energéticas existentes ou previstas, a afetação da paisagem e do património, bem como os potenciais efeitos sobre as atividades económicas locais, incluindo a agricultura, a pecuária, o turismo e outras atividades associadas ao território.

As participações recebidas identificam ainda lacunas de informação, aspetos metodológicos a aprofundar e a necessidade de uma maior fundamentação relativamente às alternativas de localização e às soluções técnicas propostas, tendo sido apresentados contributos relevantes para a definição do âmbito do futuro EIA.

Neste contexto, foi frequentemente referido que o futuro EIA deverá assegurar, entre outros aspetos:

- avaliação integrada da central eólica e da Linha Elétrica de Muito Alta Tensão enquanto componentes de uma mesma intervenção funcional e territorial;
- apresentação de um layout indicativo georreferenciado e quantificação das áreas temporária e permanentemente afetadas;
- análise comparativa de alternativas de localização, configuração do projeto, soluções de ligação à rede e alternativa zero;
- avaliação adequada das incidências sobre os sítios da Rede Natura 2000 e demais valores naturais sensíveis;
- realização de campanhas de monitorização abrangendo ciclos anuais completos para os principais grupos faunísticos, designadamente avifauna, quirópteros e lobo-ibérico;
- avaliação dos impactes cumulativos e transfronteiriços, considerando outros projetos e infraestruturas existentes, aprovados, em avaliação ou previsíveis;
- aprofundamento da avaliação dos impactes sobre a paisagem, património cultural, turismo, solos, recursos hídricos, atividades económicas locais, qualidade de vida e saúde das populações;
- promoção de mecanismos de participação e acompanhamento envolvendo autarquias, comunidades locais, baldios, proprietários e restantes partes interessadas;
- definição de medidas de minimização, compensação, monitorização, desativação e recuperação ambiental adequadas aos impactes identificados.

Em síntese, as participações recebidas convergem na necessidade de o futuro Estudo de Impacte Ambiental (EIA) aprofundar a avaliação dos fatores ambientais, territoriais e socioeconómicos na consulta pública, bem como de fundamentar adequadamente as alternativas consideradas e as medidas de minimização, compensação e monitorização a propor no âmbito do procedimento de Avaliação de Impacte Ambiental.



Os Originais das exposições, apresentadas durante o período de Consulta Pública, encontram-se arquivadas no processo administrativo da Autoridade de Avaliação de Impacte Ambiental (AIA).